

Solução da crise econômica poderá emergir das urnas

Um Congresso de maioria oposicionista pode mudar as regras do jogo econômico e facilitar a saída para a crise, em que o autoritarismo meteu o País e que não tem solução à vista. Há quem avance remédios mais objetivos, como a desvinculação do Brasil da política recessiva imposta dos Estados Unidos, no rastro das diretrizes do governo Ronald Reagan. Há sinais de saturação ou de intolerância em faixas críticas, como o desemprego e os compromissos externos. O PIB cai e isso prova que os cartéis internacionais como o Chase sabem o futuro do Brasil.



Qual a saída para a crise econômica brasileira?

— Uma democracia total — diz a Oposição.

— Cortar os vínculos que nos subordinam à política recessiva dos Estados Unidos, afirma a economista Maria Conceição Tavares, em entrevista à televisão.

— Um planejamento de longo prazo — decreta o professor Celso Furtado, no "Pós-Milagre", livro em que analisa os descaminhos da política econômica que substituiu a sua, a partir de 1964.

Dos economistas alinhados no sistema só se ouve monócórdio apelo aos capitais externos, tanto sob a forma de empréstimos como de investimentos diretos, em geral nunca enquadrados na condição de capital de risco.

Mas a verdade é que, a andar nesse passo, o Presidente Figueiredo vai ter de tratar muito bem as suas coronárias, porque não conseguirá arrancar a economia da fossa nos próximos três anos, conforme prometeu, a menos que no último deles seu Governo seja submetido à cirurgia de um congresso de oposição

calacrou o País e o deixou praticamente ao saber dos rumos traçados de fora pelos grandes grupos financeiros internacionais.

O preço dessa política se pode medir na fatura de 1981: mais de 15 milhões de desempregados (se se usarem os próprios números do IBGE, que admite um desemprego aberto de 17% — ao desemprego direto deve-se adicionar o subemprego, ou seja, aquela enorme faixa de brasileiros que ganha abaixo do salário mínimo); uma dívida externa de aproximadamente 70 bilhões de dólares — foi de 53 bilhões no final de 1980; destes, deverão ter sido pagos até o final do ano pouco mais de 5 bilhões, porque os compromissos externos são resgatáveis em dez anos e todo ano são pagos em torno de 5 por cento; reservas cambiais abaixo dos 7 bilhões de dólares (estão em ligeira recuperação), apesar de o País ser o segundo maior — senão o maior, depois de Serra Pelada — produtor de ouro do mundo; o PIB em marcha-à-ré (uma prova de que as multinacionais sabem melhor o nosso futuro do que nós próprios: o Chase Econometrics, braço

cos, como tarifas de energia e de comunicações.

Na prática, um parlamento majoritariamente oposicionista poria fim à ditadura da tecnocracia do regime, que muda as taxas de câmbio ao sabor dos rumos traçados pelas multinacionais — um poder tão desconhecido que só o Chase Manhattan é capaz de mudar os rumos da política econômica, por exemplo, dos ricos (mas não independentes do Ocidente) Emirados Árabes.

Não se vai querer, para o Brasil, uma solução chinesa — um mercado fechado aos capitais estrangeiros, como ocorreu com aquele país entre 1949 e o governo Nixon —, mas também será preciso cortar a forte tendência em que se empurra o Brasil para a condição de uma Bolívia "tamanho família", em que o principal instrumento de controle de suas riquezas está nas mãos de um velho "playboy" chamado Antenor Patiño, testa-de-ferro da Alcoa e outros polvos da economia mundial.

Dêem-me três anos e eu resolvi os problemas do Brasil, dizia o Presidente Figueiredo, poucos dias antes de tomar conhecimento de que seus problemas pessoais — de saúde — ele teria de resolver em espaço muito mais curto de tempo e num hospital de Cleveland, Estados Unidos.

— Eu calculo entre 5 e 10 anos para o reaquecimento da economia — dizia, recentemente, na televisão, José Ermírio de Moraes, que tem o breve de maior empresário privado do Brasil — há mais de dez anos, o Votorantim aparece como o maior grupo privado do País.

— Entre dois e três anos, o Brasil estará reaquecendo sua economia — sentencia o presidente da Shell do Brasil, Aldo Carparelli —, que, como o Chase, deve ter sua CIAzinha particular dentro da economia brasileira.

Palpites e profecias à parte, a verdade é que o País não pode prosseguir caminhando à beira da fogueira por mais tempo, porque qualquer passo em falso pode provocar uma explosão. Com mais de um décimo de sua população sem trabalho e compromissos externos crescentes, é muito difícil manter a estabilidade social numa economia em camisa de força.

Os cálculos mais otimistas são de que só o serviço da dívida (juros, "royalties") irá além de 12 bilhões de dólares este ano, algo assim como metade do valor das exportações. Ora, um país que paga aos agiotas internacionais metade do que vende é realmente um devedor com a corda no pescoço. E com a faca nos peitos, diga-se para completar, porque as amortizações da dívida levarão este ano mais ou menos um quarto e o petróleo mais de dois quintos das exportações, o que dá uma sobra deficitária.

Repetindo a história do cobrador de pobre, o País precisará no próximo ano de mais empréstimos externos do que neste que caminha para o fim. Assim, então, o serviço da dívida será também maior e maiores

as amortizações. Certamente termos de esticar ainda mais a pauta das exportações, mesmo em prejuízo das enormes potencialidades de um mercado externo ainda com grandes faixas da população economicamente ativa marginalizadas do consumo. É o caso do aço: temos o menor consumo de aço entre os países de mais de 50 milhões de habitantes e, no entanto, nada fizemos para explorar as promessas dessa faixa. Nossa agricultura ainda não entrou na área do produto siderúrgico e seu consumo é declinante em setores vitais para a siderurgia, como a indústria naval. Na construção civil, ainda estamos nos tempos do concreto e não descobrimos que as grandes estruturas metálicas fazem a construção civil ganhar tempo e dinheiro (menor absorção de mão-de-obra). Enquanto isso, estamos num sufoco inesperado: não temos onde colocar as 800 mil toneladas de excedentes que a siderurgia terá até o final deste ano, mesmo produzindo menos do que no ano passado.

Esses são alguns dos percalços dessa recessão que o Governo patro-

que uma das soluções é cortar os vínculos com a economia americana — agora pilotada por um astro da corrida dos Estados Unidos em direção a uma obsessiva hegemonia, em armas e em cifrões. Para que realize o seu sonho louco de colocar a grande nação do Norte num pedestal nas nuvens, Reagan deliberadamente montou o cavalo arreado dos cartéis financeiros e é um defensor confesso da recessão mundial, porque, pela via das taxas de juros extorsivos, ela significa a opulência da nação americana. As vésperas do Diálogo Norte-Sul ele disse claramente na assembleia do FMI que não precisa de diálogo: as nações pequenas que se arranjam.

E repetimos aqui dogmas infernais como redução da taxa de natalidade, planejamento familiar e outras soluções importadas.

Dados da Organização Internacional do Trabalho, mostram o seguinte quadro da atividade econômica mundial, em que o Brasil aparece no grupo de países menos ativos, como Chile (sob o guante de uma feroz ditadura militar que pratica a



O desemprego no Brasil assustou até o Papa e já envolve mais de 15 milhões de brasileiros. A indústria tem grande ociosidade

majoritária, capaz de quebrar as amarras que virtualmente não o deixam legislar em matéria econômica.

"O País vai bem, o povo vai mal", dizia em 1972 o então Presidente Médici, para significar que a política econômica do movimento militar tinha acertado o passo, mas já aquela altura tínhamos uma dívida externa cinco vezes maior do que a do Jango e a inflação de Delfim, domada apenas na ponta do lápis, na realidade se aproximava dos 90% do Governo Goulart. Hoje, temos uma dívida externa mais de dez vezes superior à de Jango e uma inflação 20 pontos acima da que ele deixou.

O único argumento que poderia provar algum acerto na política econômica pós-64 é o de que o País experimentou maior desenvolvimento. Mas cabe a pergunta: valeu a pena?

Mesmo não se tendo o espírito de Borges de Medeiros, que governou o Rio Grande do Sul durante 10 anos com a medida na boca da dispensa e deixou o Estado com 14 mil contos no cofre e sem qualquer salto para a frente em matéria de desenvolvimento, não se pode admitir ter dado certo uma política que en-

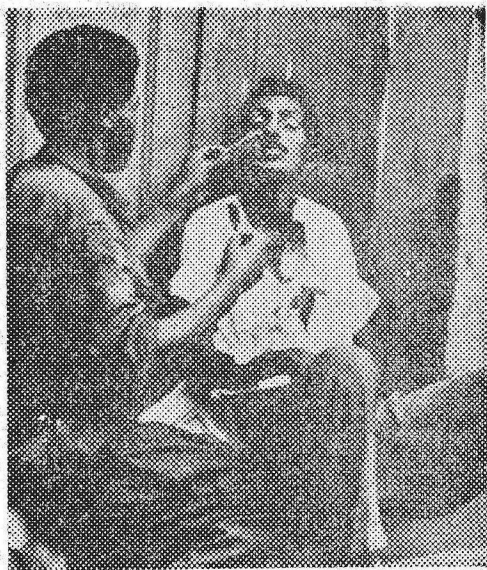
do Chase Manhattan na espionagem econômica, previa em setembro do ano passado que o PIB brasileiro de 1981 fecharia no vermelho e os próprios economistas a serviço da tecnocracia já admitem uma queda em torno de 3 pontos percentuais negativos).

Mas por que uma oposição majoritária poria fim ao descalabro, pergunta um deputado e empresário do PMDB, só para conferir seu ponto-de-vista.

— Porque um Congresso em que a Oposição dê as cartas jamais vai aceitar ficar à margem dos acontecimentos, vendo o Governo definir orçamentos, dar guinadas de 360 graus em política cambial e fazer tudo à sua maneira, tendo o parlamento como expectador.

A oposição prevê reformas em três direções na atual política econômica, com a ascensão de uma maioria oposicionista nas eleições de 1982: reforma fiscal, com o Congresso exercendo o papel de mão do povo na distribuição da riqueza nacional; política externa dirigida a partir do País e calcada no interesse nacional; controle de preços, a começar pelos custos dos serviços públi-

A fome que afeta meio bilhão de pessoas, afeta amplas faixas do Nordeste. Mas o Brasil está sendo excluído dos programas do FMI



cina como uma velha marionete decidente que obedece, sonolenta, aos cordões puxados geralmente do Hemisfério Norte. O perigo tem a dimensão de um desarranjo capaz de passar do econômico para o social: de tanto obedecer as ordens do Fundo Monetário Internacional — há uma desobediência tantas vezes juradas e invariavelmente não praticada —, corremos o risco de transformar o "colosso" numa Polônia, insolvente e insondável no seu próximo destino.

Nossas safras de mais de 50 milhões de toneladas de grãos estão condenadas ao desvio da mesa dos brasileiros para as bolsas internacionais, graças aos compromissos assumidos em nome do povo por um Governo que dispensa a fiscalização do Parlamento. Como um dos 110 milhões de brasileiros, eu já estou devendo lá fora 545 dólares ou, ao câmbio redondo de 110 cruzeiros para cada moeda americana, 545 mil cruzeiros, sem jamais ter comprado um lápis no exterior e sem jamais ter sido consultado se podiam contrair dívidas em meu nome, porque no nome do meu país.

Daí porque bato palmas a Maria Conceição Tavares quando diz

recessão), Filipinas (idem) e Costa Rica.

"Esperar a solução do problema crucial do emprego como um resultado mais ou menos automático de uma ordem e de um desenvolvimento econômico, quaisquer que sejam, nos quais o emprego aparece como uma consequência secundária, não é realista e, portanto, e inadmissível".

Mas não é só o desemprego que sufoca o Brasil da comunicação por satélites e das usinas nucleares: dois terços dos 35 milhões de habitantes do Nordeste passam fome e os cartéis internacionais passam por cima disso para eleger nosso País para o pelotão das nações semidesenvolvidas. Isto significa que teremos de tomar dinheiro a juros de mercado e estamos excluídos dos grandes programas de ajuda internacional — as sobras do banquete dos cartéis.

A atual viagem do ministro Delfim Netto ao exterior, em busca dos quase três bilhões de dólares que ainda faltam para fechar o balanço de pagamentos, é um triste ensaio de "Deus lhe pague", que um pobre País rico realiza às vésperas do "show" inútil de Cancún.